

UNIÃO QUER SE DESFAZER DE TERRENOS DE MARINHA

Anúncio foi feito ontem, mas governo não explica procedimento

▄ **RONDINELLI TOMAZELLI**
rtomazelli@redgazeta.com.br

A crise na economia do país mexeu até com os terrenos de marinha. Depois de vetar o projeto de lei apoiado pelo Espírito Santo que aliviava as cobranças de taxas sobre esses imóveis, a presidente Dilma Rousseff (PT) quer agora vender os terrenos para pessoas físicas e empresas ocupantes. Só que ninguém, nem mesmo o ministério do Planejamento – que anunciou ontem a medida como forma de turbinar a arrecadação federal – sabe como isso vai funcionar.

Envolvidos com a causa, o senador Ricardo Ferraço e o deputado federal Lelo Coimbra, ambos do PMDB, mantêm-se cautelosos. “Fico com os dois pés atrás, para ver se não tem pegadinha. É impressionante o tanto de dissabores que esse governo causa ao Espírito Santo. É preciso muita cautela para saber o que o governo Dilma quer agora, porque discuti dois anos conosco e vetou o próprio projeto que enviou ao Congresso”, diz Ferraço.

Lelo presidiu a comissão na qual o pacote de descontos passou antes do veto – o qual agora tenta fazer o Congresso derrubar. Para ele, há pelo menos três problemas graves na oferta de



Dilma vetou o projeto de lei que aliviava as cobranças de taxas sobre imóveis em terrenos de marinha

pagamento antecipado para que as pessoas físicas e as empresas que estão nesses terrenos possam adquirir a área de forma permanente.

DÚVIDAS NO AR

“Primeiro é que essas áreas precisam passar por licitação para venda. Que processo será este? E como o governo vai lidar com o cidadão que paga uma taxa abusiva e extorsiva pelo terreno e já se sente culturalmente dono dele?”, observa.

Como terceiro ponto do imbróglho, há os números e

as formas de pagamento não esclarecidas. Dilma vetou o projeto de lei que reduzia cobranças alegando não poder perder receitas no momento atual de crise. “Mas o governo perderia, com o projeto, R\$ 300 milhões por ano, do quase R\$ 1 bilhão que arrecada com esses imóveis no país. Agora vai abrir mão de tudo? Vai vender com base em quê? Vai fixar um valor aleatório?”, questiona Lelo.

A medida anunciada de supetão também não foi digerida pelo presidente da Associação de Moradores

de Bento Ferreira, Evandro Fernandes da Cruz. Engajado na causa da redução das taxas e até na defesa do fim desse instituto criado no Império para defender áreas costeiras, Evandro critica a iniciativa da União e aposta na derrubada dos vetos.

“A proposta de venda não nos acrescenta em nada, porque já estamos pagando de forma indevida em Bento Ferreira e a União não reconhece. Queremos saber, também, como ficarão as outras áreas. Nós estamos aguardando e confiantes na

derrubada do veto da presidente ao projeto de lei”, frisa Evandro. Se derrubados os vetos, o presidente do Congresso, Renan Calheiros (PMDB-AL), promulga a nova legislação, que passa a ter vigência automática.

O ministério do Planejamento – ao qual é vinculada a Secretaria de Patrimônio da União, gestora dessas propriedades – respondeu à reportagem que não sabe mais do que declarou Nelson Barbosa e que ainda não tem detalhes de como vai funcionar a medida.

ARQUIVO

DESCONFIANÇA



“Fico com os dois pés atrás para ver se não tem pegadinha. É preciso muita cautela para saber o que o governo Dilma quer, porque vetou o próprio projeto que enviou ao Congresso”

RICARDO FERRAÇO
(PMDB) SENADOR



“Estas áreas precisam passar por licitação para venda. Que processo será este? Como lidar o governo com o cidadão que paga taxa abusiva e já se sente culturalmente dono do terreno?”

LELO COIMBRA (PMDB)
DEPUTADO FEDERAL